

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA

BRUNO PRATES GREFF

**A ABORDAGEM DE “PEDINTES” NAS RUAS DE PORTO ALEGRE.
CONSTRANGIMENTO? Uma análise sobre o debate realizado pelo PAINEL RBS.**

PORTO ALEGRE
2008

BRUNO PRATES GREFF

**A ABORDAGEM DE “PEDINTES” NAS RUAS DE PORTO ALEGRE.
CONSTRANGIMENTO? Uma análise sobre o debate realizado pelo PAINEL RBS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de Pesquisa em Psicologia II, do curso de Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS, como requisito para a obtenção do grau de Psicólogo pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. *Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi*

PORTO ALEGRE
2008

RESUMO

Este estudo vem no intuito de analisar os sentidos por virem a ser produzidos a partir dos discursos da mídia, em cima do debate PAINEL RBS, cujo tema foi: “Constrangimento nas Ruas – Até onde Vai este Problema”. Buscou-se nesse trabalho apresentar uma discussão a partir desse programa de TV, sobre a população de rua, sob o enfoque da diferença. A forma como foram organizados os conteúdos da pesquisa para análise e discussão se desenvolveu a partir das falas do jornalista, dos especialistas e da população entrevistada durante o programa a partir das questões teóricas que fundamentam as questões dessa pesquisa: população de rua e o outro como diferente. Esses conteúdos foram organizados de acordo com os discursos que estão sendo referenciados à população de rua. Para essa análise priorizou-se dois enfoques: o primeiro verificou como o “problema” é formado pelos discursos especializados; o segundo, analisou quais as alternativas propostas, pelos especialistas, para se resolver o dito “problema”. Pode-se ver que conviver com a diferença não é tarefa fácil, podendo ser muitas vezes fonte de angústia e insegurança. Atualmente podemos observar que a diversidade, longe de ser representada como possibilidade de expansão de conhecimento, conjuga-se cada vez mais ao movimento de multiplicação de grupos, onde se estabelecem fronteiras nítidas entre quem está dentro e quem está fora, quem pertence e quem é excluído.

Palavras-chave: população de rua; mídia; diversidade.

ABSTRACT

This study is in order to analyze the meanings will be produced from the speeches of the media, on top of the debate PAINEL RBS, whose theme was: "Embarrassment in the Streets - Who Will this problem." The aim was to present a discussion in this work from this TV show on the population of street, under the focus of the difference. The way we were organized to search the contents of the analysis and discussion has evolved from talk of the journalist, and the population of specialists interviewed for the program from the theoretical questions underlying the issues of this research: population of street and the other as different. These contents were organized according to the speeches that are being referenced to the population of street. For this analysis prioritized are two approaches: the first occurred as the "problem" is formed by specialized speeches; second, which examined the alternatives proposed by experts, to solve the so-called "problem". You can see it live with the difference is not easy and can often be a source of anguish and uncertainty. Today we can see that diversity, far from being represented as a possibility for expansion of knowledge, combines are increasingly moving to the multiplication of groups, which sets clear boundaries between who's in and who is outside, who belongs and who is deleted.

Key words: population of street; media diversity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – POPULAÇÃO DE RUA: O OUTRO E A DIVERSIDADE.....	6
2.1	A rua como território	6
2.2	Diferentes modos de vida	8
2.3	Os outros.....	10
2.4	A Mídia e a Produção de Subjetividades.....	11
3	MÉTODO – A POPULAÇÃO DE RUA NOS DISCURSOS DA MÍDIA	13
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – MENDIGO, MALANDRO, MULEQUE, MULAMBO, BEM OU MAL	15
4.1	Como se forma o “problema”?.....	15
4.2	Como resolver o “problema”?.....	20
5	CONCLUSÃO – FALAM EM CONSTRANGIMENTO, É?.....	24
	REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a violência impera nas grandes cidades brasileiras e vem sendo retratada constantemente na mídia. Manchetes de homicídios e assaltos são recorrentes. É de se esperar que um sentimento de espanto ocorra nos cidadãos que circulam com seus carros nas vias públicas, onde, ao mesmo tempo, circulam moradores de rua, “mendigos”, vendedores de frutas, malabaristas e outros. Esses oferecem pelas janelas dos carros seus serviços. Invadem assim um espaço seguro e demarcado pela janela fechada. No momento deste encontro, surgem inúmeros tipos de olhares. É comum que os sujeitos abordados sintam-se incomodados com essa dita invasão.

Pensa-se aqui, não na simples invasão física. Mas na obrigatoriedade do enfrentamento com o outro diferente. O outro visto como sem carro e andarilho, geralmente com roupas tidas como velhas ou sujas e desfavorecido socialmente em se tratando de uma sociedade com ideais neoliberais. É desse enfrentamento que se discorre a reportagem do jornal Zero Hora. Este periódico realizou uma pesquisa de onde emergiram dados que serviram como subsídios para o debate PAINEL RBS, cujo tema foi: “Constrangimento nas Ruas – Até onde Vai este Problema”.

Busca-se neste trabalho olhar para esse contexto de diversidade para que possamos encará-lo não apenas como mais uma expressão banal e sim como uma produção de sentido sobre o diferente que fará parte da construção de um movimento de expressão social com futuras conseqüências. Sente-se a necessidade de uma análise sobre os sentidos por virem a ser produzidos a partir dos discursos da mídia, dos resultados da pesquisa realizada pela reportagem e das opiniões dos especialistas que participaram do debate.

O objetivo desse trabalho é apresentar uma discussão a partir desse programa de TV, sobre a população de rua, a partir do enfoque da diferença. Essa discussão é apresentada da seguinte forma: em um primeiro momento coloca-se a discussão teórica pertinente a este tema da diversidade, assim como a relação com o outro diferente, e a relação da mídia e a produção de subjetividades. Depois, situa-se o acontecimento desse programa, e finalmente apresenta-se a discussão através de dois tópicos. O primeiro tem como objetivo analisar como, nesse programa, é apresentada e construída a questão da população de rua encarada como um “problema” – como se forma o “problema”. O segundo, vem discutir como esse “problema” é visto pelos especialistas e quais são as alternativas propostas para a resolução deste, – como resolver o “problema”?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – POPULAÇÃO DE RUA: O OUTRO E A DIVERSIDADE

“A principal característica da civilidade é a capacidade de interagir com estranhos sem utilizar essa estranheza contra eles, e sem pressioná-los a abandoná-la ou a renunciar a alguns dos traços que os fazem estranhos” (BAUMAN, 2001, p.122).

Levantam-se aqui questionamentos sobre o segmento populacional urbano que circula, freqüente e toma como modo de viver a vida nas ruas. Adorno e Varanda (2004), os quais adotam a denominação população de rua, tomam essa população como um sinal emergente de mudanças sócio-político-econômicas das últimas décadas e como uma questão mundial inerente às grandes metrópoles. Optou-se por essa denominação “população de rua”, pois nela incluem-se além dos moradores de rua, também malabaristas, vendedores ambulantes, ou seja, aqueles que se incluem no chamado mercado informal. Para esses autores é comum reduzir a dimensão dessa questão social do viver na rua a um diagnóstico medicalizante, ou entendê-la na dimensão dos preceitos higienistas e sanitaristas, na ótica da remoção das populações em circulação pelas cidades (Foucault, 1979).

Ainda, a particularidade das experiências de cada um e de como cada pessoa reage aos seus efeitos na sua trajetória para a rua e depois que aí se instala, impede generalizações, mas não se pode restringir essa trajetória ao universo subjetivo e à individualidade dos processos de fragilização dessas pessoas.

2.1 A rua como território

Nota-se importante pensar, a partir de alguns estudiosos, como essa população vai sendo construída historicamente e vista pela sociedade contemporânea. Mizoguchi et. al. (2007), pensam a questão das pessoas que vivem nas ruas a partir dos estudos em Michel Foucault, em *A história da loucura*, onde se discorre sobre as formas com que os ditos “loucos” eram tratados na Europa do século XV. Estes loucos eram levados à Nau dos Loucos, uma embarcação que carregava aqueles que se opunham à saúde da moral urbana. Eram indivíduos alvo de uma ação policial que tinha como objetivo retirar da cidade seus

homens improdutivos e ociosos (mendigos, miseráveis, etc.). Essa embarcação navegava pelos rios recolhendo os excluídos das cidades. Para estes autores, esses rios invadiram as cidades modernas e são chamados ruas e avenidas, mantendo um ideal de passagem. Estes cidadãos improdutivos e ociosos de acordo com os ideais capitalistas contemporâneos seguem a circular pelas cidades, sem que se os tire das ruas.

O morador de rua é visto por Mizoguchi et. al. (2007) como “aquele que pára e habita tempos e espaços desvalidos no epicentro do turbilhão humano” (p. 40). Ou seja, como aquele que por obrigação ou por opção se contrapõe à lógica da cidade capitalista. Esta que cultiva a velocidade e ser cerne de homens produtivos atemorizada pela violência. Com isso, modos de vida, como toda e qualquer mercadoria, passam a poder circular somente quando podem ser consumidos. Estes autores referem que no modo de viver em que capital e consumo são definidores da liberdade e da cidadania, o desemprego é um importante fator para que algumas pessoas passem a ser moradores de rua e se mantenham nessa oposição à demanda de produtividades das grandes cidades.

Adorno e Varanda (2004) ressaltam a importância de localizar a pluralidade e as identidades que se constroem entre a população de rua. Destacam, então, nomeações pelas quais os moradores de rua se identificam, “mesmos que estas reproduzam os enquadres institucionais que lhes são impostos, como morador de rua, ou termos que se referem a práticas voltadas para grupos específicos” (p.58). Estes autores refletem que a situação relacional entre as instituições e os grupos opera em classificações com um conceito de cronicidade, o qual relaciona subjetivamente o comportamento e a aparência do indivíduo a determinado estágio de degradação na significação do que seja a situação de rua. Com isso, passam a ser utilizados termos como maloqueiro, mendigo, etc., com a posição de discriminação em que cada um se coloca ou é colocado. Para estes autores, as classificações usadas variam conforme a natureza do olhar, seja de fora ou de dentro desse meio, ou da ótica institucional.

Ao habitar o oco o morador de rua subverte o status e a funcionalidade dos espaços vãos, colocando nestes espaços novos sentidos. Faz deste espaço não preenchido por tantos cidadãos uma morada (MIZOGUCHI et. al. 2007).

Para Adorno e Varanda (2004) é possível observar, a partir dos dados macroestruturais e conjunturais pertinentes às três últimas décadas, alguma relação entre as transformações socioeconômicas desse período e o surgimento da população de rua associados a um amplo processo de exclusão social. Partindo desse conceito de exclusão, nota-se que alguns autores evitam o modelo estático de análise da exclusão, que fixa os indivíduos em áreas de

destituição e salientam o processo dinâmico que os fazem transitar da integração à vulnerabilidade ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social.

2.2 Diferentes modos de vida

Com isso, cabe aqui salientarmos a existência paradoxal existente na sociedade contemporânea de diferentes modos de vida. Fala-se aqui em diversidade. Segundo Pagamunici (2003), o homem é um ser social, compartilha com os outros homens formas de agir e de pensar. Não somos seres passivos, pois construímos ativamente os significados a partir das interconexões entre as diversas relações que estabelecemos durante a nossa existência. Na sociedade atual, a diferença aparece como algo existente em um espaço distante, inalcançável. Os meios de divulgação da cultura transformaram-se em uma indústria de massa que tem por função oferecer e vender produtos que criam a sensação de que todos os homens são iguais. Cria-se então um pensamento hegemônico e mundial que esconde por trás de si uma maneira de viver universal. Esse pensamento vai entender o mundo dos objetos, sujeitos e saberes que nele estão como contendo essências, como coisas em si.

Segundo Guareschi (2003), a cultura como um processo enunciativo, como prática de significação entendida dentro do campo discursivo é deslocada de um campo tradicional da modernidade que toma a cultura com a divisão binária entre o passado e o presente, como se ao significar o presente algo do passado é recolocado, traduzido, seguindo a fidelidade de um signo histórico atribuindo à cultura uma supremacia.

O projeto da modernidade que se preocupou em dar ordenação ao mundo como uma das formas de desenvolver o progresso da humanidade, também se valeu de classificações e generalizações a partir da cultura para estruturar a vida cotidiana em classes, gêneros, raças, etnias entre outras. Neste projeto da modernidade as ciências ocuparam-se de determinados objetos e, operando através de determinadas ferramentas teóricas, constituíram categorias, classificaram, ordenaram e produziram explicações para os fenômenos da cultura e da natureza. Dessa forma, aquilo que não era possível enquadrar, categorizar, definir ou classificar passou a ser visto como o diferente, isto é, que difere da norma, da ordem. (GUARESCHI, 2003).

Bauman (1999) pontua que classificar implica em separar, segregar. A classificação dá ao mundo uma estrutura, postulando que este consiste em entidades distintas, sendo que cada entidade pertence a um grupo de entidades semelhantes que se opõem a outros grupos. Além disto, a classificação torna real o que postula, manipulando as probabilidades do mundo, tornando alguns eventos mais prováveis que outros, limitando ou eliminando a casualidade dos mesmos. “Classificar consiste nos atos de incluir e excluir. Cada ato nomeador divide o mundo em dois: entidades que respondem ao nome e todo o resto que não” (p.11).

O que não está na norma ou na ordem incomoda, desvirtua, desordena, perturba e ameaça. Esse é um dos paradoxos da modernidade: ao mesmo tempo em que se busca a ordenação/estruturação do mundo, em um esforço para sustentar a ordem e suprimir a contingência, maior a ambivalência, o caos. Neste sentido, Bauman (1999) coloca que a existência é moderna na medida em que se bifurca em ordem e caos, pois a ambivalência surge deste trabalho de classificação e engendra cada vez mais o esforço classificatório. Quanto mais classificamos, maior a ambivalência; quanto mais ambivalência, maior o ardor de classificação.

Nesse sentido, a prática moderna tem como estratégia a taxonomia, o inventário, a classificação, sendo que o que desafia essa ordenação do mundo é considerado refugio – a diferença. Assim, o diferente, produto do trabalho de classificação, passa a ser objeto do conhecimento com o intuito de colocá-lo na ordem, torná-lo igual ou excluí-lo. (GUARESCHI, 2003).

Um dos desafios do projeto moderno, muito mais do que produzir a ordem, através de classificações e categorizações, foi o de fazer com que esta ordem, ou todo e qualquer tipo de ordenação seja vista como natural. Ao se naturalizar as classificações modernas, retira-se das mesmas seu caráter histórico, como se tais classificações simplesmente retratassem o mundo e não fossem resultado de um conjunto de práticas forjadas a partir de uma determinada formação histórica. (GUARESCHI, 2003).

Entretanto, o que está fora da ordem também está aí e é necessário que exista para que a ordem se identifique com ela mesma e, para que aquilo que esteja fora da ordem, identifique a ordem. Desta forma, a ordem só vai saber que ela existe e que se faz necessária a ela mesma, quando colocada frente a frente com a desordem, com o anormal, com a desrazão. Disso resulta também a necessidade da ordem, ou seja, a diferença emerge quando se depara frente ao outro.

2.3 Os outros

Faz-se interessante pensar, então, nas diferentes maneiras que podemos nos relacionar, nomearmos ou impormos condições a esse outro. Usa-se aqui, então, três maneiras de se ver o outro, a partir da diferença segundo Duschatzky e Skliar (2001), o outro pode ser tomado como fonte de todo mal, como sujeito pleno de um grupo cultural ou como alguém a tolerar.

A primeira, o outro como fonte de todo mal, implica em tomar as identidades como fixas, homogêneas, centradas e estáveis, e implica em uma lógica de binarismos, ou seja, o que não é bom é mau; o que não é negro é branco; o que não é homem é mulher. Desta forma o que é diferente aos binários é o que não faz parte da maioria e a maioria é homogeneizada, pertence ao que é igual por ser idêntica. Dentro dessa lógica o diferente passa a ser o depositário de todos os males ou falhas sociais: a pobreza é do pobre, a violência é do violento, o problema de aprendizagem, a deficiência, o deficiente, ou seja, a exclusão é do excluído, de tudo aquilo que não é posto como o igual ou a maioria.

A segunda, o outro como sujeito pleno de uma marca cultural, de acordo com Duschatzky e Skliar (2001), indica a concepção que as diferenças culturais, a diversidade são absolutas e que as identidades se constroem em únicos referenciais sejam étnicos, de gênero, de raça, de classe social entre outros. Portanto, isso nos faz ficarmos atentos às questões sobre a diversidade cultural, pois esta deve ser sempre criticada ou questionada para que não se restrinja somente a perspectiva cultural, mas que esteja aberto para perceber outras questões sobre políticas de identidades, de pensamentos que buscam políticas de inclusão. Assim, evitará se tornar mais um discurso hegemônico ou limitado quando se tratar de discutir sobre as diferenças em suas pluralidades de articulações, ou seja, do multiculturalismo conservador que abusa da diversidade para encobrir uma ideologia de assimilação. Não podemos entender o sujeito somente na sua diferença ou colocar a diferença como limite de sua identidade.

A terceira, o outro como alguém a tolerar, implica em não confrontar a tolerância ou que ela está isenta de ambigüidades e o medo ao relativismo. Segundo Duschatzky e Skliar (2001, p.134) podemos reconhecer a tolerância de duas formas: “a assimilação individual e o reconhecimento do grupo”, ou seja:

“As culturas não são essências, identidades fechadas que permanecem através dos tempos, mas são lugares de sentido e de controle que podem alterar-se e ampliar-se em suas diferentes interações. Algumas culturas podem ser excludentes. Desta forma a tolerância pode debilitar a capacidade

de perceber as diferenças discursivas e mascarar as desigualdades”. (DUSCHATZKY E SKLIAR, 2001, p. 135).

Esses autores ressaltam ainda, que o mesmo referencial teórico nos indica que a tolerância pode não colocar em questão os modelos de exclusão, pois “tem uma grande familiaridade com a indiferença, correndo o risco de se transformar num pensamento de desmemória e até mesmo materializar a morte do diálogo”. (p. 136).

2.4 A Mídia e a Produção de Subjetividades

Torna-se imprescindível discorrer aqui sobre a responsabilidade de se pensar no quanto e como os discursos midiáticos perpassam a produção de sentidos na sociedade contemporânea. Ou seja, como as questões desse outro – a população de rua – passam a ser verdade no momento que passa a ser divulgado pela mídia e como esse outro passa a ser entendido.

Os meios de comunicação são veículos de circulação e produção de uma série de valores e concepções relacionadas a um aprendizado cotidiano de quem somos nós. Desse modo, a mídia opera na construção de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças (FISCHER, 2002).

Assim, entende-se a mídia aqui como um local de veiculação de discursos e produção de sentidos, os quais por sua vez estão associados a modos de ser, pensar e relacionar-se com o mundo. Os discursos da mídia produzem efeito “pelos enunciados” ou a forma como são enunciados os modos de ser e de viver das pessoas que vivem nas ruas.

O conceito com o qual se trabalha neste estudo com discurso, fundamentado em Foucault, é entendido como um conjunto de enunciados de um determinado campo de saber (ou de campos de saberes que disputam entre si), os quais sempre existem como prática, logo, o discurso não pode ser compreendido dissociadamente da prática, pois é constituído no interior da mesma.

Desta forma, a mídia tem um papel importante na maneira como são nomeados os “diferentes”. Essa questão está relacionada aos modos de representação, enunciação, a formas de interpretação e de comunicação por parte da mídia (FISCHER, 2001a). No caso desse

estudo, os “diferentes” são vistos como todos aqueles que buscam formas não hegemônicas de vivência e manifestação de modos de viver nas ruas.

Os discursos da mídia assumem um caráter de verdade no momento em que são fundamentados na figura do especialista que confere autoridade aos sentidos produzidos pelos discursos e, assim, legitimando-os. Fischer (2001b) trabalha o conceito de televisibilidade, e o descreve na medida em que trata minuciosamente dos recursos e táticas da linguagem televisiva, destacando a importância do lugar TV como um lugar que se diz “a verdade”. O telespectador passa a ser de alguma forma sujeito dessas “verdades ditas” e de um certo modo ou estilo de dizer as coisas.

Segundo Fischer (2001a), Foucault relaciona o termo subjetividade às experiências que o sujeito faz de si mesmo, estabelecendo um jogo de verdade no qual se torna fundamental a “relação consigo”. Nesse sentido, ela destaca que a noção de sujeito está ligada diretamente à noção de poder que, na abordagem foucaultiana, é entendida como efeito de uma ação que produz ações sobre a ação do outro. O sujeito é, portanto, aquele que de alguma forma está submetido ao outro (controle/dependência) ou a si mesmo, preso à sua própria identidade, mediante a prática do conhecimento de si.

Sendo assim, a mídia passa a ser um dispositivo de controle dos corpos através daquilo que Foucault (1990) chama de “Técnicas de Si”. A mídia opera como participante efetiva na constituição de sujeitos e subjetividades, conforme produz imagens, significações, enfim, saberes que se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e de estar na cultura em que vivem (FISCHER, 2002).

3 MÉTODO – A POPULAÇÃO DE RUA NOS DISCURSOS DA MÍDIA

Esta análise foi realizada sobre o contexto midiático, mais especificamente sobre um debate realizado pela RBS que foi acompanhado para realização deste estudo pela TV. O debate foi ao ar no dia 02 de abril de 2008, das 10h às 12h, pela TVCOM (canal 36). Foi organizado pelo Comitê Editorial da RBS, um painel que reuniu nove especialistas para discutir o tema: “Constrangimento nas Ruas – Até onde Vai este Problema?”. O evento, segundo o jornal Zero Hora (ano 44, n.º. 15.556, datado de 02 de abril de 2008, p. 4), pretendia analisar e propor soluções para o dilema *“que desafia governos e sociedade”*. Durante o painel, foram apresentados dados do estudo, encomendado pelo grupo RBS à FATO – Pesquisa Social e Mercadológica.

Para compor a visão dos moradores da cidade sobre o tema, foram entrevistadas 601 pessoas, de diferentes bairros e classes sociais, entre os dias 19 e 20 de março. Segundo a pesquisa, dos consultados, 89% se diziam abordados cotidianamente por pedintes. Na busca por “respostas”, os painelistas discutiram em quatro módulos, sob a mediação do jornalista Lauro Quadros, na sede do Grupo RBS, em Porto Alegre. No primeiro bloco, foi feito um diagnóstico da questão, colocada como “problema” pelo jornal. Na segunda parte, os palestrantes discutiram a percepção da sociedade. Na terceira, a ação do poder público e na última parte foram discutidas alternativas e experiências “bem sucedidas na luta contra o problema” (p.4).

Dentre os nove especialistas que discorreram sobre o tema estavam: um sociólogo, professor do Departamento de Sociologia e do Pós-Graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o presidente da Associação Brasil Sem Grades; o subcomandante geral da Brigada Militar; uma assistente social, técnica social da Assessoria de Planejamento da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC); um subprocurador-geral de Justiça para assuntos institucionais do Ministério Público do RS; um juiz criminal do Fórum Regional da Zona Norte de Porto Alegre e representante da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS); um sociólogo, diretor do Instituto São Paulo contra a Violência e pesquisador do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (USP); a coordenadora da Casa de Convivência de Moradores de Rua e integrante da ONG Ilê Mulher; e uma socióloga e advogada, coordenadora da Faculdade de Direito do IPA, ex-presidente da Fundação de

Atendimento Socioeducativo (FASE) e da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

Na platéia do Painel RBS estavam representantes de organizações governamentais e não-governamentais municipais e estaduais. Ainda, o debate contou com entrevistas feitas nas ruas aos cidadãos porto-alegrenses os quais expuseram suas opiniões a respeito do tema. Essas entrevistas foram apresentadas durante o debate.

Pelo site da internet (www.painelrbs.com.br) foi feita a gravação de todo o programa e dessa gravação foi selecionado o conteúdo das falas dos especialistas quando se referem à população de rua, assim como do jornalista que realizou a mediação do debate e foram também utilizadas as falas dos ouvintes que foram entrevistados durante o programa. A partir desse material buscou-se identificar os sentidos produzidos pela mídia nesse programa sobre o modo de viver da população de rua.

A forma como foram organizados os conteúdos da pesquisa para análise e discussão se desenvolveu a partir das falas do jornalista, dos especialistas e da população entrevistada durante o programa a partir das questões teóricas que fundamentam as questões dessa pesquisa: população de rua e o outro como diferente. Esses conteúdos foram organizados de acordo com os discursos que estão sendo referenciados à população de rua. Nesse caso, esses discursos foram agrupados nas seguintes dimensões: a primeira tem como objetivo analisar como nesse programa é apresentada e construída a questão da população de rua encarada como um “problema” – como se forma o “problema”. A segunda vem discutir como esse “problema” é visto pelos especialistas e quais são as alternativas propostas para a resolução deste – como resolver o “problema”? Essas dimensões serão estudadas no intuito de compreender quais as implicações desses discursos na forma da sociedade contemporânea olhar o outro.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – MENDIGO, MALANDRO, MULEQUE, MULAMBO, BEM OU MAL

Como já foi visto neste estudo, entende-se que os meios de comunicação são veículos de circulação e produção de uma série de valores e concepções relacionadas a um aprendizado cotidiano de quem somos nós. Desse modo, a mídia opera na construção de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças. Os discursos da mídia produzem efeito “pelos enunciados” ou a forma como são enunciados os modos de ser e de viver das pessoas que vivem nas ruas.

Assim, ao entender a mídia como um local de veiculação de discursos e produção de sentidos, os quais por sua vez estão associados a modos de ser, pensar e relacionar-se com o mundo, faz-se aqui um apanhado dos discursos que emergiram do debate realizado pelo PAINEL RBS sobre a abordagem dos pedintes nas sinaleiras. A análise desses discursos é feita a partir das falas dos participantes do programa no que se referem a uma construção dos sujeitos moradores de rua, como sujeitos problemáticos, que atrapalham a ordem e o bom convívio social e que, portanto, deve-se encontrar uma forma para combater o dito “problema”. Ao colocar as falas neste texto, optou-se por identificar as falas dos remetentes por siglas: os especialistas serão identificados pela letra “E”; os cidadãos que foram entrevistados nas ruas pela letra “R”, e o jornalista e mediador do debate pela letra “J”.

4.1 Como se forma o “problema”?

"Esse é um problema complexo, que não é de hoje, nem é só de Porto Alegre. Existe um mercado na rua. E o preconceito na sociedade é grande. Há muito mais do que um perfil, não é um só. Muita gente acha que porque é morador de rua é um criminoso, e aí conclui que é um caso de polícia. Mas em geral quem vive na rua não é uma pessoa violenta, porque ela depende dessa legitimação social. A gente sempre pensa que soluções rápidas são mais eficientes, mas não é bem assim." (E).

Faz-se aqui uma análise dos discursos dos especialistas e dos participantes do programa do programa, a partir de suas falas. Notou-se que os enunciados remetem a um entendimento da população de rua como algo que estariam fora das normas sociais. Indivíduos que estariam dentro de um padrão de desvio, de acordo com as regras da sociedade

contemporânea. Vê-se, aqui, como o dito “problema” é construído a partir dos discursos especializados, como os discursos “psi”, das ciências sociais, além dos discursos do senso comum.

Na observação do debate pode-se visibilizar alguns enunciados referentes a isto, como por exemplo, nas seguintes falas: “Com a abordagem nas sinaleiras, as pessoas se sentem incomodadas, ameaçadas. A gente retira o pessoal, mas eles voltam para a rua. Não temos como separar quem é quem. O que nós vamos fazer? Bota-se num saco, tudo é gato. Nós, às vezes, somos considerados como um lixeiro social. Com a prostituição também, mas nós pegamos as moças num dia, no outro já estão lá de novo. A polícia é o lixeiro social, recolhe o que a sociedade não quer. Estão todos no mesmo lugar, do flanelinha aos malabaristas.”. Esse enunciado, emitido por um policial, remete a uma generalização que enquadra todos os pedintes como sujeitos malvados, violentos e perigosos. Algo que pode ser visto no enunciado de outro especialista: “Já encontrei pessoas condenadas, que estão no semi-aberto, nas sinaleiras, fazendo constrangimento e ameaças.” (E) ou, ainda um entrevistado comenta: “É um absurdo, me sinto ameaçado” (R). Nota-se a partir dessas falas a construção de um sujeito violento, com características fixas de identidade e de modos de se viver, tidos como piores ou inferiores.

Lefebvre (1974) considerou que a cidade é o “espaço das diferenças”. Nessa afirmação reside a sinalização seminal de que as diferenças que se estabelecem entre os sujeitos que convivem numa mesma cidade não podem ser pensadas como estando todas produzidas dentro do estrito âmbito da interação face a face. Algumas diferenças têm sua origem a partir de centros mais distantes, tais como os do poder regulado pelos mercados internacionais e nacionais. Assim acontece quando o capital pode criar diferenças entre sujeitos, como, por exemplo, aquelas que resultam de poder circular ou residir em determinados espaços urbanos, e conseqüentemente, do valor atribuído a quem circula ou habita tais espaços.

Nota-se ao decorrer das falas dos especialistas, noções sobre a população de rua como pessoas perigosas e ameaçadoras. Ou seja, se o sujeito está na rua, está sem o controle institucional, ele é perigoso e violento, coloca-se, então, tudo “dentro de um saco”. Falas como: “*Em geral, quem vive em situação de rua é uma pessoa violenta*” (E), são verificadas. Segundo Castro (2006), os jovens, assim como as crianças e os adultos, são atingidos pelas vicissitudes da convivência na cidade, a qual não se constitui como um mero cenário, mas sim, como um espaço de enfrentamentos com o outro que propicia e mobiliza disposições subjetivas, seja de identificação com o outro e reconhecimento, seja de estranheza ou afastamento.

Duschatzky e Skliar (2001) ressaltam a idéia de que o que é diferente aos binários é o que não faz parte da maioria. E a maioria é homogeneizada, pertence ao que é igual por ser idêntica. Para exemplificar essa lógica, cabe colocar aqui um enunciado feito pelo jornalista que media o programa: *“O malabarista da sinaleira, é o malabarista da vida. Ele está relatando o problema social... Mas então tu ofereces a um desses caras pra cortar a tua grama de casa e eles não aceitam, muitos não querem trabalhar.”* (J). Algo que cabe dentro da lógica do não trabalhar igual à não existir de modo legal na sociedade, algo que será melhor analisado no capítulo seguinte.

Outro fato relevante é quando um especialista coloca a questão de crianças que vão para as ruas como uma “falta”, corroborando o fato dentro de um discurso cientificista mostrando como se define um sujeito-problema: *“Estudos mostram que o denominador comum entre as crianças de rua é a ausência da figura paterna. Existe um problema grave, a desestruturação da família. Quando chega ao Conselho Tutelar, já é tarde”*. (E) Dentro dessa lógica o diferente passa a ser o depositário de todos os males ou falhas sociais: a pobreza é do pobre, a violência é do violento, o problema de aprendizagem, a deficiência, o deficiente, ou seja, a exclusão é do excluído, de tudo aquilo que não é posto como o igual ou a maioria. Com a cientificidade de um discurso “psi”, define-se o problema, o sujeito depositário do mal, da violência.

Ainda, um fator bastante ressaltado na discussão é o do constrangimento. O fato de um sujeito bater nas janelas dos carros e pedir esmola faz com que as pessoas se sintam constrangidas: *“Existe constrangimento real na sinaleira. O constrangimento não deixa de ser uma espécie de violência.”* (E) É interessante pensar aqui justamente nesta dificuldade de enfrentamento com o outro diferente, o qual transmite sentimentos de medo e tensão nos que estão dentro de seus carros. O fator constrangimento é bastante citado durante todo o debate e é colocado como uma infração por um especialista da área jurídica, que o considera como um aspecto criminal: *“Existe um problema social crônico, mas tem que diferenciar o problema dos pedintes do aspecto criminal. Isso é um problema sério, e temos uma legislação branda e favorece o sistema progressivo, o semi-aberto, porque os governos não querem construir mais presídios”*. (E). Cria-se então a penalização desse outro diferente e ameaçador, a partir de um discurso de constituição penal. Um sujeito perigoso, por vir a ser anormal, por ser diferente.

Castro (2006) coloca que nas relações sociais concretas existe um embate permanente da posição do sujeito perante o outro, o que significa um julgamento sobre identidade e diferença. Como esclarece Smith (1992), "tal negociação já implica fronteiras socialmente

estabelecidas de diferença e semelhança, ainda que as fronteiras sejam continuamente forjadas e re-forjadas na prática social" (p. 74). A identidade seria aquilo que compõe um fechamento a serviço de uma posição que o sujeito quer enunciar para si, e estaria marcada pela cultura e pelas marcações simbólicas oferecidas aí. As identidades são construídas, portanto, a partir dos discursos nos sistemas de representação. Elas, de certa forma, proporcionam certa estabilidade, por estarem baseadas em referências comuns para os sujeitos. Assim, ser homem, branco, morador da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, dá ao sujeito certo continente sobre quem ele é; diferentemente de ser mulher, negra e moradora da Zona Oeste. Em cada uma destas posições, existe sempre um dentro - quem está ou pode ocupar essas posições - e um fora, quem não pode estar aí. Por outro lado, a diferença seria aquilo que vem perturbar esse fechamento, aquilo que o torna fluido e poroso. Assim como a população de rua, que foge às regras do fechamento. Esse fechamento pode ser entendido nesse estudo como o fechamento das janelas dos carros dos cidadãos tidos então como normais, respeitadores das normas da sociedade. Pessoas que trabalham, pagam seus impostos, e assim têm o direito de ser indiscriminados, diferentemente dos que estão do lado de fora dessas janelas do carro.

Desta forma o que é diferente aos binários é o que não faz parte da maioria e a maioria é homogeneizada, pertence ao que é igual por ser idêntica. Para exemplificar essa lógica, cabe ainda colocar aqui um enunciado feito pelo jornalista que media o programa: "*O malabarista da sinaleira, é o malabarista da vida. Ele está relatando o problema social... Mas então tu ofereces a um desses caras pra cortar a tua grama de casa e eles não aceitam, muitos não querem trabalhar.*" (J) Faz-se interessante pensar aqui na lógica do não trabalhar igual à não ser um sujeito a ser respeitado.

Segundo Castro (2006), a identidade não é o oposto da diferença, mas sim, depende dela. Envolve um sistema de classificação que estabelece as relações sociais organizadas e divididas entre "nós e eles". A diferença pode ser vista de forma negativa. Nesse caso, ela é projetada no outro - que se torna, então, o domínio da diferença - o qual é marginalizado e excluído pelos aspectos negativos a ele atribuídos. Essa separação entre o que é aceitável do que não é aceitável é vista na fala de outro especialista: "*Existe uma primeira questão que é a parte social, mas em segundo lugar temos de traçar uma linha entre o que é tolerável e intolerável. Nos Estados Unidos, na década de 70, eles determinaram que o pedido de esmola passivo era legal, e o pedido ativo era ilegal. A divisão era quem avança sobre quem.*" (E). É formada, então, toda a noção de diferença para pior, gerando assim mais discriminação, ao

invés de, por outro lado, ver a diferença de maneira positiva, implicando em fazer da estranheza e do conflito que ela engendra uma fonte de conhecimento e enriquecimento.

Cabe ressaltar que a identidade não pode ser pensada nem como algo estável nem como uma essência. Woodward (2000) sugere que “embora a identidade seja construída por meio da diferença, o significado não é fixo” (p. 28). Para explicar isso, utilizando-se do conceito de *différance* de Jacques Derrida, “o significado é sempre diferido ou adiado; ele não é completamente fixo ou completo, de forma que sempre existe algum deslizamento” (Woodward, 2000, p. 28). Enfatiza-se, assim, a fluidez da identidade, ou seja, a maneira como o sujeito se define, através de suas escolhas identitárias, está sempre passível de *alterações* – ações por parte do outro - portanto, as identidades constituem-se como inexoravelmente destituídas e constituídas pela diferença. No mundo atual, globalizado, parece que se multiplicam as possibilidades de referências para os sujeitos se posicionarem. A diversidade de opções identificatórias está atrelada à proliferação de grupos e subgrupos e, por conseguinte, de novas escalas, que dão a impressão de que a diferença passa a ser a dominante cultural, a própria totalidade. Posicionar-se pode ser entendido como uma localização - que é simultaneamente geográfica e social. Smith (1992) considera que a diferenciação do espaço social é essencialmente um processo de produção de escalas - locais, regionais, nacionais, globais - que se estabelece através da estrutura geográfica das interações sociais.

Torna-se interessante se pensar aqui sobre a diversidade cultural, pois esta deve ser sempre criticada ou questionada para que não se restrinja somente a perspectiva cultural, mas que esteja aberto para perceber outras questões sobre políticas de identidades, de pensamentos que buscam políticas de inclusão. Nas falas retiradas do programa são notáveis enunciados que remetem a discursos hegemônicos e limitados quando se trata de discutir sobre as diferenças em suas pluralidades de articulações, ou seja, o multiculturalismo conservador abusa da diversidade para encobrir uma ideologia de assimilação. Acaba-se entendendo o sujeito somente na sua diferença e colocando a diferença como limite de sua identidade. Essa dimensão pode ser vista nesta fala, por exemplo: “*Por que não se oferece trabalho para estas pessoas. Talvez eles não tenham condições intelectuais para algo maior, mas podem trabalhar como pedreiro ou algo do tipo.*” (R).

A identidade e a diferença apresentam-se como um par de oposições que caracterizam os processos de subjetivação humana e de construção da alteridade. A diferença não apenas contorna de fora a unidade do que é idêntico, ou ainda, não apenas define o que a constitui dialeticamente (Adorno, 1995), mas consiste no que resiste ou excede ao fechamento da identidade. Neste sentido, a identidade *não é*: ela se constitui permanentemente *não sendo*,

não podendo definir-se de forma unívoca, porque é permanentemente desestabilizada pela diferença.

4.2 Como resolver o “problema”?

Pensa-se aqui, como a partir de se formar o dito “problema” pelos discursos acima ressaltados, vai-se, nesse programa, criando suposições para curar, para resolver e por que não, disseminar o causador de todo o mal. Analisam-se, então, a partir dos enunciados dos especialistas, as múltiplas suposições de alternativas para lidar com o “problema”. Assim como se busca verificar quais são as propostas que estes especialistas encontram para esses sujeitos se adequarem aos padrões.

Especificou-se no capítulo anterior que as falas dos especialistas remetiam a uma construção da população de rua como um “problema”. Outras falas demonstram, também, a noção de que este dito “problema” necessita ser solucionado. Durante o debate, os especialistas comentam a necessidade de se resolver esta questão “anormal”, e dão alternativas para tal. São emitidas falas como: *“Eles têm de ser presos, internados, institucionalizados. Isso é um problema cartesiano. A sociedade tem de tomar uma atitude vertical”* (E). Depois que a população de rua é identificada, cria-se um lugar para ela. Faz-se uma cooptação dos sujeitos “problemáticos”. Que segue com um discurso que tem como proposta de solução a construção de presídios: *“É preciso construir mais presídios, porque a população aumentou.”* sobre isso, ainda um entrevistado comenta: *“É um absurdo, me sinto ameaçado”* (R). Nota-se a partir dessas a construção de um sujeito violento, com características fixas de identidade e de modos de se viver, tidos como piores ou inferiores, novamente, e explicitando uma alternativa para resolver o “problema”.

Segundo Castro (2006), os sujeitos lançam mão de símbolos, constituídos pelas imagens concretas por eles ostentadas (roupas, acessórios, objetos de consumo) e rituais compartilhados entre pares (modo de falar, andar, locais que freqüentam) para afirmarem o que são. Esta afirmação é sempre incompleta e parcial e, como qualquer linguagem, está sujeita a ambigüidades e equívocos. No entanto, parece estar sempre presente a tentativa de fixação de pontos fixos e unívocos, cuja função seria a de eliminar a ambigüidade, a de fazer valer a transparência e a univocidade. Se todos nós, enquanto sujeitos singulares, somos e não

somos ao mesmo tempo, tal situação apela irremediavelmente para a não-clareza e para a ansiedade que ela provoca. A construção de figuras identitárias através de práticas discursivas e simbólicas funciona como um referencial mediante o qual podemos erigir nossas próprias identificações, como medida de aproximação ou de afastamento deste ponto comum, que, de certa maneira, aparece como coeso e unitário. Aproximar-se ou afastar-se de uma referência que se torna evidente através das práticas sociais diz respeito ao processo de posicionamento do sujeito em relação ao que toma para si (e a que se identifica), ou ao que repele.

Outras falas usadas pelos especialistas fazem uma comparação entre o sujeito que está nas ruas porque não quer trabalhar, porque é vagabundo. *“Mas então tu ofereces a um desses caras pra cortar a tua grama de casa e eles não aceitam, muitos não querem trabalhar.”* (J). Faz-se interessante pensar aqui na lógica do não trabalhar igual à não ser um sujeito respeitável. Inclusive é citado durante o programa por este mesmo especialista a questão da vadiagem como pertencente ao código penal, e algo que há alguns anos atrás era executado. Existe um nome para o sujeito que não trabalha que não contribui para sociedade: é o sujeito vadio. A vadiagem, segundo o código penal é um delito. Causa cadeia. O detalhe é que comete a vadiagem aquele sujeito que não trabalha, e que também não tem condições para pagar imposto e para sobreviver. Tem de, então, encontrar outras formas para levar a vida. Isso não é aceito pela sociedade capitalista atual, onde o trabalho é visto como a fonte de riqueza e de bem estar. Pois, aquele sujeito que usufrui de posses, pode pagar imposto, alimentar-se e vestir-se bem, não é vadio. É alguém que se dedica ao ócio.

Ou seja, um sujeito que se dedicava ao ócio sem ter condições materiais, leia-se dinheiro, para tal, era considerado um vadio. E, por esta condição, era julgado e punido, pelo crime de vadiagem. Em relação a este tema, alguns especialistas remetem ao fato de não haver punição atualmente para este tipo de “crime”: *“O Estado tem de definir o limite dessas regras. Na lei há dois grandes tipos que prevêm isso, a mendicância e a vadiagem. Mas elas caíram em desuso ao longo do tempo, pelas condições sociais e pela própria ineficiência do Estado. O Estado precisa definir o limite entre o que pode e o que não pode.”* (E) ou ainda: *“A nossa legislação também é altamente permissiva, como mostra aquele caso de um brigadiano assassinado por egresso do sistema prisional.”* (E).

Outras frases do debate remetem bastante a uma lógica que cabe ser discutida neste estudo. Seria esta: o outro como sujeito pleno de uma marca cultural. Algo que indica a concepção que as diferenças culturais, a diversidade são absolutas e que as identidades se constroem em únicos referenciais sejam étnicos, de gênero, de raça, de classe social entre outros. Geralmente ao se remeter a estes discursos os participantes do debate comparam o dito

“problema” como algo a ser tratado, curado ou resolvido pelo Estado e pelas Políticas Públicas, as quais seriam as “responsáveis” por cuidar destes ditos desvios: *“O poder público deveria tomar medidas, até punitivas. Cabe ao governo resolver este problema. Isso se resolveria, talvez, com geração de empregos”* (E). Na maioria dos enunciados o fato de morar na rua e ser pedinte e tido como problema social: *“O malabarista da sinaleira, é o malabarista da vida. Ele está relatando o problema social”*. (J). São discutidas nesse caso, alternativas para solucionar o problema através de uma intervenção dos governos. Seria, então, responsabilidade do governo encarar o “problema” e resolve-lo. Em outras palavras, cabe ao estado tirar de circulação os sujeitos que incomodam.

Algumas alternativas propostas para a prevenção do “problema” remetem aos discursos cientificistas da área “psi”. Estudos e pesquisas desta área comumente se encarregam de estudar o que está dentro e o que está fora dos padrões normais de se conviver. São responsáveis por categorizar como verdades o que seriam e o que não seriam desvios ou comportamentos disfuncionais. Dentro desta lógica, um especialista comenta durante o programa: *“Temos que começar cedo, investir na prevenção, na paternidade responsável, dentro de uma parceria com os governos”*. Comenta isso, como uma alternativa para a “cura” desse mal. Antes, ele ressalta que estudos demonstram que *“o denominador comum entre as crianças de rua é a ausência da figura paterna. Existe um problema grave, a desestruturação da família”*. Ou seja, cria-se um porquê desse sujeito ir à rua e, com isso, pensa-se em uma solução cabível.

É visto, também, no programa um interessante paradoxo entre as pessoas que transbordam insatisfação com a população de rua e as que vêm encarar essa questão como sujeitos a serem entendidos ou tolerados. Na primeira, nota-se até mesmo repúdio e por que não dizer irritação com o que é tido como diferente. Na segunda, tenta-se entender, e a achar o lugar certo para “colocar” os sujeitos problemáticos. Uma das participantes do programa coloca a seguinte afirmação: *“Foi visto o lado do constrangimento das pessoas, mas é preocupante estabelecer que o morador de rua seja um lixo. Não ter casa para morar também é um constrangimento. Na Casa Ilê Mulher, nós atendemos 150 moradores por mês, oferecemos higiene, banho, corte de cabelo. É de seres humanos que estamos falando. Não estamos falando de animais. Não podemos criminalizar, dizer que é um caso de polícia porque a sociedade não resolve. Não podemos bancar o avestruz. Não podemos botar todos no mesmo saco. A questão de querer sair da rua e ter uma oportunidade é diferente”*. Cria-se, assim, um lugar para o diferente. Um lugar que compreenda os sujeitos - antes tidos como problemáticos - como sujeitos plenos de direitos.

Essa lógica de entendimento pode ser analisada neste estudo como: o outro como alguém a tolerar. Seria algo como não confrontar a tolerância ou que ela está isenta de ambigüidades e o medo ao relativismo. “*É a realidade do país, não há o que fazer*” (R) refere um entrevistado ao ser perguntado o que acha sobre o “problema” da abordagem dos pedintes nas sinaleiras. Este tópico está bem explícito em outros enunciados como: “*Eu sinto pena. Ao me deparar com um mendigo fico me sentindo culpada por esta situação, mas não sei o que fazer para ajudar a solucionar*” (R). Ou seja, acaba-se também por colocar os sujeitos em enquadramentos fixos, onde eles são passíveis de sentimentos como pena e compaixão. Cria-se aqui uma lógica de sujeitos coitados, inferiores, atribuindo-lhes conotações pejorativas e menos válidas, mascarando na tolerância, a desigualdade.

Ainda dentro dessa lógica do paradoxo, um especialista reflete sobre o fato de se resolver a questão dos moradores de rua colocando na prisão seria a alternativa mais correta. Sem tirar do contexto de o morador de rua como um “problema” a ser resolvido ele coloca: “*Em São Paulo, estima-se que existam 300 crianças na rua, mas um número cem vezes maior de crianças em situação de rua. Segundo o IBGE, há 1,4 milhão de crianças em situação de trabalho infantil no país. Em São Paulo, coordenamos um disque-denúncia, coordenado pela sociedade civil e a polícia. Também é importante ter uma polícia comunitária, para poder identificar as situações. Cada crime tem sua especificidade, e é preciso saber a dinâmica para conhecer os problemas. Presídio é fundamental? Em São Paulo, existem 140 mil presos no momento, mas existe um déficit de 800 pessoas por mês. Então teríamos de construir um presídio por mês?*” (E). Há, então, uma luz que parece não encarar como um problema de delito que necessite ir à cadeia. Entretanto, coloca-se o sujeito-problema em uma lógica de captura, onde se tenta entender e institucionalizar para então, resolver a questão.

Em relação a esse paradoxo, Castro (2006), propõe que os jovens, assim como as crianças e os adultos, são atingidos pelas vicissitudes da convivência na cidade, a qual não se constitui como um mero cenário, mas sim, como um espaço de enfrentamentos com o outro que propicia e mobiliza disposições subjetivas, seja de identificação com o outro e reconhecimento, seja de estranheza ou afastamento.

5 CONCLUSÃO – FALAM EM CONSTRANGIMENTO, É?

Uma das mais poderosas novidades na experiência urbana de hoje reside nas disposições subjetivas criadas ao se lidar com a diversidade percebida entre os habitantes. Ao conquistarem sua mobilidade na cidade e ao circularem experimentando novos espaços e lugares, os sujeitos têm a oportunidade de elaborar saberes e afetos sobre as diferenças. Esses saberes constituem marcos importantes que orientam o posicionamento dos sujeitos em relação a como se identificam e como gostariam de ser reconhecidos.

Não obstante, conviver com a diferença não é tarefa fácil, podendo ser muitas vezes fonte de angústia e insegurança. Atualmente podemos observar que a diversidade, longe de ser representada como possibilidade de expansão de conhecimento, conjuga-se cada vez mais ao movimento de multiplicação de grupos, onde se estabelecem fronteiras nítidas entre quem está dentro e quem está fora, quem pertence e quem é excluído.

Numa direção inversa ao novo que se institui como força motriz nesta sociedade do consumo, encontra-se a concepção de novidade, para Hannah Arendt (2001). A novidade, segundo a autora, está inscrita nos espaços de tensionamento entre o público e o privado. É no espaço público, no entanto, que o lugar da novidade se instaura, no campo onde se dá a condição para a ação humana, atividade esta que ocorre através do discurso, na singularidade da produção humana e também em uma condição de pluralidade. Para essa autora, é no público que a ação humana é investida de um caráter político por produzir efeitos, estar em relações de poder e ter uma dimensão ética.

Em contraponto ao público, no espaço privado, é excluída a possibilidade desta ação humana. Esse espaço representa a privação do humano e a não-condição do seu aparecimento na pluralidade, ao mesmo tempo, o não ser singular entre os outros. É onde o homem se comporta e se regula conforme um interesse comum e uma opinião unânime presente no espaço doméstico. No espaço privado, não há lugar para o inusitado, o imprevisto, o desconforme. Com a assunção do modelo doméstico na esfera pública, Arendt (2001) aponta a substituição, em nossa sociedade, da ação pelo comportamento na forma de relação entre os homens, fazendo com que se espere de cada um dos humanos certo tipo de comportamento, com inúmeras e variadas regras, mas todas tendentes a normalizá-los. É nesta ordem, a dos sujeitos privatizados, que podemos situar os mandatos de consumo, de velocidade, descartabilidade presentes no contemporâneo como os destituidores do caráter político da ação humana e da afirmação no espaço público do que é singular, em troca da

homogeneização e da normatização. Então, se o espaço público é também espaço político, deve ser pensado como ação, como acontecimento, como irrupção, como uma interrupção de todos os processos automatizados e totalizantes.

Diante disso, cabe colocar em questão as práticas psicológicas que instituem e legitimam modos de ser e de estar no mundo por meio de procedimentos e técnicas ancoradas em um discurso científico sobre a interioridade do indivíduo psicológico e de caracterizações naturalizadas na perspectiva de um sujeito normal, adaptado e governável. Pensa-se aqui numa lógica de encarar a situação que se analisa nesse texto não como um “problema” a ser resolvido, capturado, institucionalizado. Mas sim, como uma situação existente.

Em uma fala de um congresso, falando sobre a saúde psíquica, Eduardo Passos, em 2008, coloca: “Em que habitualmente prestamos atenção quando estamos com um paciente psiquiátrico? Por que focalizamos o que neles é sintoma ou sinal de estranheza? Independente de serem baixos ou altos, gordos ou magros, engraçados ou sóbrios, eruditos ou populares, conhecedores ou não das redondezas, o doente mental parece sempre submetido a um mesmo foco estigmatizante. A clausura manicomial é também um fechamento do foco de nossa atenção. Eles estão como que presos em nossas perspectivas discriminadoras – presos porque focalizados. Sartre disse certa vez que a luta contra o racismo ou contra qualquer outra forma de discriminação pressupõe a garantia da invisibilidade de quem é discriminado. Ninguém diz: lá vai um branco! Tampouco faria sentido descrever alguém como heterossexual. Ao contrário, identifica-se de longe um negro, um bicha, uma criança, um louco. Como garantir a condição mínima de cidadania que é o direito de passear pela cidade fora do foco? Como realizar radicalmente a luta anti-manicomial? Vivemos em um mundo do capitalismo biopolítico em que vigoram prisões de ar ou clausuras a céu aberto. O louco não está menos preso quando fora do asilo. Não concluímos nossa tarefa de militância em saúde mental quando derrubamos os muros dos manicômios. É preciso libertar-nos dos focos de atenção. É preciso uma política da dissolvência das identidades loucas: liberdade por dissolução, por desfocalização.” Pensa-se que o mesmo vale quando se discorre sobre o tema presente nesse estudo. Ou seja, o olhar para o outro diferente.

Existem sujeitos que são encarados e colocados como diferentes e que vivem nas ruas. Seja por opção ou por decorrências de fatores propulsores. Isso não importa. O que importa para esse estudo, é que se olhe para esse outro diferente como um sujeito existente, um sujeito com vida, com história, com possibilidades. Sem dúvida, esses sujeitos irão se constituir a partir do olhar dos outros e a intenção dessa análise vem na direção de lutar para

que esse outro – morador de rua – seja encarado como alguém que existe e que deve ser escutado, olhado e respeitado.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (1995). A dialética do esclarecimento. In: Castro, L. et al. (2006) A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro. **Psicologia em Estudo**. 11 (2), pp. 437-447.
- Bauman, Z. (1999). **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. (26), pp.329-376.
- Candau, V. M. (2008). Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. 15 (37), pp. 45-56.
- Candiottto, C. (2007). Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. **Kriterion**, pp. 203-217.
- Castro, L. et al. (2006) A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro. **Psicologia em Estudo**. 11 (2), pp. 437-447.
- Duschatzky e Skliar. (2001). O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: Larrosa, J. e Skliar, C. (orgs.) **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica.
- Fischer, R. M. B. (2002). O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Revista Educação e Pesquisa**. 28 (1), pp.151-162.
- Fischer, R. M. B. (2001a). **Televisão e Educação: fluir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.
- Fischer, R. M. B. (2001b). Mídia, estratégias de linguagem e produção de sujeitos. In: Candau, Vera Maria (org.). **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP & A, 2ª ed. pp. 74-88.
- Fleuri, R. (2003) Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**. (23), pp. 16-35.

Foucault, M. (1990). Tecnologias del yo. In: Foucault, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós. pp. 45-94.

Foucault, M. (1979). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

Guareschi, N. (2003). Identidade, Subjetividade, Alteridade e Ética. In: Ploner, K. et. al. (orgs.). **Ética e Paradigmas na Psicologia Social**. Porto Alegre: Abrapsosul.

Lavalle, A. (2003). Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**. (59), pp. 75-93.

Lefebvre, H. (1974). La production de l'espace. In: Castro, L. et al. (2006). A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro. **Psicologia em Estudo**. 11 (2), pp. 437-447.

Mizoguchi, D., Costa, L. e Madeira, M. (2007). Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do jornal Boca de Rua. **Psicologia e Sociedade**. 19 (1), pp. 38-44.

Ortiz, R. (2007). Anotações sobre o universal e a diversidade. **Revista Brasileira de Educação**. 12 (34), pp. 7-16.

Pagamunici, A. (2003). Dialogando com o diferente: a convivência e a pluralidade cultural. In: Ploner, K. et. al. (orgs.). **Ética e Paradigmas na Psicologia Social**. Porto Alegre: Abrapsosul.

Rocha, M. (2006). Identidade e diferença em movimento: ressonâncias da obra de Deleuze. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**. 18 (2), p. 57-68.

Schettini, S. et al. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**. 11 (2), pp. 28-293.

Varanda, W. e Adorno, R. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**. 13 (1), pp.56-69.

Young, I., (2006). Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**. (67) 139-190